



CyP

Revista Cambios y Permanencias

Publicación multi e interdisciplinar
orientada a los estudios sociales

Revista Cambios y Permanencias

Grupo de Investigación Historia, Archivística y Redes de Investigación

Vol. 8, Núm. 2, pp. 654-678 - ISSN 2027-5528

Entrevista com elites políticas em investigação sobre memória: potencialidades e danos do campo

Entrevista con elites políticas en investigación sobre memoria:
potencialidades y desafíos del campo

Vitor de Angelo

Universidade Vila Velha

orcid.org/0000-0002-8550-9548

Recibido: 1 de octubre de 2017

Aceptado: 1 de noviembre de 2017



Grupo de
Investigación
Historia
Archivística y
Redes de
Investigación

Entrevista com elites políticas em investigação sobre memória: potencialidades e desafios do campo

Vitor de Angelo
Universidade Vila Velha

Possui graduação em História pela Universidade Federal do Espírito Santo, mestrado e doutorado em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Carlos, com estágio de pesquisa no Centre d'Histoire do Institut d'Études Politiques de Paris (SciencesPo). Atualmente, é professor do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Vila Velha, onde também é Coordenador Institucional de Iniciação Científica, e pesquisador do Institut des Sciences Sociales du Politique da Université de Paris Ouest-Nanterre La Défense e do Laboratório de Estudos de História Política e das Idéias da Universidade Federal do Espírito Santo. Tem experiência nas áreas de História e Ciências Sociais, com ênfase na política brasileira contemporânea, temática na qual possui livros e artigos publicados.

Correo electrónico: vitor.angelo@uvv.br

ORCID ID: orcid.org/0000-0002-8550-9548

Resumo

O artigo discute o uso de entrevistas com elites políticas em pesquisa sobre memória, com base no trabalho de campo realizado com governadores do estado do Espírito Santo (Brasil). Em diálogo com a literatura que trata de métodos qualitativos, o texto busca apresentar quais foram os principais problemas, desafios e vantagens da utilização da técnica de entrevista na pesquisa em questão. Em particular, pretende-se ressaltar que, ao focar nas memórias de elites políticas, as potencialidades e os desafios da entrevista têm características particulares, decorrentes do tipo de entrevistado e do objetivo da entrevista

em questão.

Palavras-chave: Memória, história oral, entrevista, elite política

Entrevista con elites políticas en investigación sobre memoria: potencialidades y desafíos del campo

Resumen

El artículo discute el uso de entrevistas con élites políticas en investigación sobre memoria con base en el trabajo de campo realizado con gobernadores del Estado de Espírito Santo (Brasil). En diálogo con la literatura que trata de métodos cualitativos, el texto busca presentar cuáles fueron los principales problemas, desafíos y ventajas de la utilización de la técnica de entrevista en la investigación en cuestión. En particular, se pretende resaltar que, al enfocarse en las memorias de elites políticas, las potencialidades y los desafíos de la entrevista tienen características particulares, dependiendo del tipo de entrevistado y del objetivo de la entrevista realizada.

Palabras-clave: Memoria, historia oral, entrevista, elite política

Interviews with political elites in research on memory: potential and challenges in the field

Abstract

The article discusses the use of interviews with political elites in memory research, based on the fieldwork conducted with governors of the state of Espírito Santo (Brazil). In a dialogue with the literature dealing with qualitative methods, the text seeks to present the main problems, challenges and advantages of using the interview technique in the research in question. In particular, it is emphasized that, focusing on the memories of political elites, the potentialities and challenges of the interview have particular characteristics, arising from the type of interviewee and the objective of the interview in question.

Keywords: Memory, oral history, interview, political elite

Introdução

Este artigo tem origem na pesquisa que desenvolvemos desde 2015 sobre a memória política dos ex-governadores do estado do Espírito Santo, no Brasil, com uso da metodologia de história oral¹. De acordo com Meihy (1996), a história oral possui três momentos bem demarcados: o da gravação (registro), o da confecção do documento escrito (transcrição) e o de sua eventual análise (exame). Tendo como referência principal o primeiro desses três momentos, nosso propósito é discutir as potencialidades e os desafios da pesquisa de campo. As entrevistas realizadas com os ex-governadores são particularmente interessantes por oportunizar uma análise mais detalhada sobre os problemas, os limites e as vantagens da utilização dessa técnica em pesquisas qualitativas envolvendo elites políticas e dedicadas à discussão sobre memória.

Tendo em vista esse objetivo, o artigo a seguir foi dividido em três partes. Na primeira delas, buscamos situar nosso interesse pelas elites políticas e por sua memória no debate de fundo, de natureza epistemológica, sobre a constituição do campo específico da Sociologia Política. Tratamos, em seguida, da metodologia de história oral, discutindo, dentre outros pontos, o uso relativamente recente desse método para estudar elites políticas – procedimento encarado com grande desconfiança em virtude de a história oral, a partir dos anos 1960-1970, ter privilegiado essencialmente a *história vista de baixo* (Sharpe, 1992). Na terceira e última parte do texto, discutimos o processo de realização de entrevistas. Usamos, como exemplo principal, a entrevista com o ex-governador Max Mauro, por ser, até o momento, a única a ter passado pelo registro, pela transcrição e pelo exame.

¹ A pesquisa, intitulada *Memórias do poder: governadores do Espírito Santo durante a Nova República (1985-2014)*, é financiada pelo CNPq e pela FAPES.

Sociologia Política das elites e memória

Na Europa, particularmente na França, ainda hoje podemos encontrar a *Sociologia Política* sendo tratada como sinônimo de *Sociologia da Política*, o que torna ainda mais atual a crítica de Sartori (1972) sobre o empobrecimento epistemológico decorrente da confusão entre esses dois campos. A recente publicação, em língua francesa, de *manuais de Sociologia da Política* que se apresentam sob o título de *Sociologia Política* (Lagroye, Bastien y Sawicki, 2012; Dormagen y Mouchard, 2015) só evidencia como o debate a respeito das especificidades e potencialidades dessa disciplina ainda não foi suficientemente enfrentado. No Brasil, por outro lado, nota-se um movimento inverso de busca pelo que há de singular na Sociologia Política, num esforço para diferenciá-la em relação à Sociologia da Política.

Esse movimento pode ser visto em dois planos distintos, embora complementares. Do ponto de vista institucional, a abertura de cursos de pós-graduação *stricto sensu* em Sociologia Política², a consolidação de grupos de pesquisa com foco nesse campo disciplinar³ e a criação, no âmbito da Associação Brasileira de Ciência Política, da área temática *Sociologia Política*⁴ são evidências desse movimento. Do ponto de vista da produção intelectual, a publicação de vários trabalhos nos últimos anos tratando especificamente sobre essa questão (Perissinotto, 2004; Souza, 2009; Rosa y Sonni, 2013) também revela o esforço para fixar as fronteiras da Sociologia Política. Observando-se os dois planos em conjunto, persiste, com efeito, uma evidente limitação no trabalho de constituição de um campo disciplinar que funcione como “ponte de ligação” (Sartori, 1972, p. 109) entre a Sociologia e a Política, sem estar reduzida a nenhuma delas em particular.

² Existem, hoje, quatro Programas de Pós-Graduação em Sociologia Política no Brasil: o da Universidade Federal de Santa Carina (UFSC), criado em 1985, e da Universidade Estadual do Norte Fluminense “Darcy Ribeiro” (UENF), criado em 2007, oferecem cursos de mestrado e doutorado; o da Universidade Vila Velha (UVV), criado em 2012, e do Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro (IUPERJ), criado em 2015, oferecem apenas o curso de mestrado.

³ Refiro-me, aqui, especialmente ao Núcleo de Estudos em Sociologia Política Brasileira, sediado no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Paraná (UFPR).

⁴ É interessante observar, para mostrar a atualidade desse debate, que o primeiro encontro da ABCP em que a Sociologia Política apareceu como área temática específica para apresentação de trabalhos só ocorreu muito recentemente, em agosto de 2016.

Perissionotto (2004, p. 204, grifos do original) avalia existir, no caso brasileiro, “um certo exagero” nas análises que tendem a conceber as instituições políticas como variáveis independentes do sistema social. O resultado dessa perspectiva teórica é que “os *condicionantes sociais* da política (os grupos, as classes, a estratificação social, a estrutura econômica, a cultura política) têm sido solenemente ignorados em algumas análises institucionalistas feitas no Brasil”. Várias décadas depois de Sartori (1972), a observação crítica de Perissionotto (2004) não visa apontar os perigos da redução da *política à sociologia*, mas, sim, o reducionismo da *sociologia à política*. O autor destaca alguns *temas* em que a “a análise formalista do *cientista político puro*” (p. 206) tem sido, por assim dizer, na sua interpretação, limitadas pelos estudos que deixam em segundo plano os condicionantes sociais: Estado, democracia e elites políticas.

Ressaltamos, dentre eles, o tema *elites políticas* por ser o que mais interessa aos propósitos deste artigo e da pesquisa na qual ele tem origem. As elites políticas são objeto de análise de numerosos estudos produzidos pela Ciência Política brasileira nas últimas duas décadas. Na avaliação de Perissionotto (2004), haveria, no Brasil, uma hegemonia, ou ao menos uma maior visibilidade, dos trabalhos realizados a partir da abordagem do *neo-institucionalismo da escolha racional*. Esses estudos padeceriam, na visão do autor, dos dois principais problemas associados ao atual reducionismo da Sociologia à Política. De um lado, o “politicismo” (p. 205), que consiste em focalizar exclusivamente as instituições políticas e seus atores; e, de outro, o “formalismo”, que se traduz na pouca ou nenhuma atenção dispensada às estruturas e aos atores sociais que alimentam os processos políticos.

O neo-institucionalismo da escolha racional, por definição, considera não apenas que *as instituições importam* para o resultado do processo político, mas também que o comportamento dessas elites deve ser compreendido face a um determinado contexto institucional, cujas regras contribuem para a própria tomada estratégica de decisão, com base nas informações, opções e preferências em jogo⁵. Para a Sociologia Política, a preocupação, ao contrário, não seria propriamente o comportamento das elites políticas,

⁵ Sínteses dessas idéias podem ser encontradas em Hall e Taylor (2003) e Peres (2008).

mas a origem social desse grupo e a relação que ele mantém com a estrutura da sociedade em que se insere. Nessa direção, Perissinotto (2004, p. 217) destaca o quão importante, para uma análise em Sociologia Política, é saber “como se estrutura a distribuição de determinados recursos (econômicos, educacionais, de parentela, políticos, institucionais, cognitivos, ideológicos) na sociedade, já que estes recursos podem ser mobilizados para influenciar as decisões políticas”.

A questão de fundo para a Sociologia Política, portanto, é compreender como conflitos e divisões de qualquer espécie são traduzidos politicamente. Na visão de Sartori (1972, p. 140, grifo do original), o maior problema de uma Sociologia da Política tomada equivocadamente como Sociologia Política é que “para a maioria dos sociólogos, a política pouco mais é do que uma *projeção*”. Já para uma Sociologia Política que seja, de fato, um “híbrido disciplinar”, com pontes na Sociologia e na Política *ao mesmo tempo*, a política é uma *tradução*. Perissinotto (2004, p. 2017) fala em “como se estrutura determinados recursos [...] na sociedade” justamente para destacar o que Sartori (1972) havia apontado em sua crítica, isso é, o fato de que essa tradução é *manipulada*; de que existe uma *disputa* na passagem do sistema social ao sistema político; e, principalmente, de que existem *tradutores*.

Em resumo, do nosso ponto de vista, a *memória*, como “fenômeno construído coletivamente” (Pollack, 1992, p. 201), pode ser considerada como um desses *recursos na sociedade* de que fala Perissinotto (2004), com influência sobre as *decisões políticas* de membros da elite. Se existem tantas memórias quanto grupos existem numa dada sociedade (Halbwachs, 2006), então existe uma disputa entre diferentes memórias (Joutard, 2013), disputa essa que não é *refletida* no sistema político do mesmo modo como se apresentam divididas na sociedade. Isso porque a dinâmica dessa disputa não se encontra *congelada* nem por um breve momento; e tão logo uma memória se impõe, outra se contrapõe a ela, reiniciando uma concorrência que pode transbordar para a política institucional.

Seguindo a pista de Sartori (1972), o que existe é uma tradução; mais especificamente uma manipulação da tradução. Somente assim é possível compreender, por

exemplo, noções como “memória subterrânea” (Pollack, 1989), que existem socialmente, porém, não são traduzidas no plano político. As elites, de modo amplo, podem ser consideradas tradutores privilegiados, constituindo, assim, uma espécie de *mediadores* entre os fenômenos políticos e sociais. A pesquisa desenvolvida sobre a memória política dos ex-governadores do estado do Espírito Sant, portanto, faz parte dessa agenda mais ampla de pesquisa, que, partindo da “brecha transdisciplinar” que é a Sociologia Política, busca melhor compreender o espaço ocupado pelas elites nos mais diversos processos político-sociais.

Metodologia de história oral aplicada aos estudos sobre memória

A moderna história oral

A literatura é consensual em localizar no final dos anos 1940, na iniciativa empreendida pelo historiador norte-americano Allan Nevis, da Universidade Columbia, em Nova Iorque, o início da chamada *moderna história oral*. Tendo em vista vez que a história oral é “tão antiga quanto a própria história”, sendo, ela mesma, “a *primeira* espécie de história” (Thompson, 2002, p. 45, grifo do original), essa metodologia se tornou efetivamente moderna na medida em que estabeleceu duas mudanças importantes. Por um lado, ao se distanciar da habilidade individual e não compartilhável do pesquisador “para escutar e para puxar pela língua de um informante” (Thompson, 2002, p. 46). Por outro, ao abandonar antigos preconceitos que levava o pesquisador a “detratar recolhidas populares e desmerecê-las enquanto forma qualificada de reconhecimento testemunhal” (Meihy y Holanda, 2015, p. 101).

Nesse primeiro momento, a história oral se interessava majoritariamente pelos *grandes nomes*, com a realização de gravações das “memórias de personalidades políticas importantes da história norte-americana” (Thompson, 2002, p. 89). No entanto, como Meihy e Holanda (2015, p. 106) destacam, ainda no seu início a história oral conviveu com uma disputa em torno do “exclusivismo da história de figuras exemplares”. Os autores

citam a posição da Escola de Sociologia de Chicago, que já nos anos 1920 defendia a realização de estudos de história de vida de cidadãos comuns. Poderíamos adicionar a esse exemplo a *Escola dos Annales*, que, na França, na mesma época, era o principal expoente da história social, em detrimento de uma história política tradicional marcada pela abordagem factual, com uma *visão de cima*, centrada nos feitos dos grandes homens, reis e generais – o que, à época, foi chamado pelas Ciências Sociais de o “ídolo do político” dos historiadores (Burke, 1997).

O desenvolvimento dessa metodologia nas décadas seguintes acompanhou as mudanças no próprio campo das Ciências Sociais e da História. As críticas à análise tradicional da política e à *história vista de cima* (Meihy y Holanda, 2015); a abertura de novos campos de estudos e de interesses, como a história das mulheres, dos índios, dos negros e do folclore (Thompson, 2002); o crescente interesse pelos estudos sobre memória (Joutard, 2013); e a diminuição do preconceito em relação ao rigor e à importância da história oral (Joutard, 2006) constituíram os principais fatores de valorização e ampliação do uso dessa metodologia a partir dos anos 1960. Característico das décadas seguintes foi a utilização, por assim dizer, “revolucionária” da história oral, dando não apenas suporte *documental* a grupos outrora excluídos ou esquecidos nos registros oficiais, mas também difundindo sua versão dos acontecimentos oficiais (Meihy y Holanda, 2015).

Assim é que se foi criando, na avaliação de Camargo (1994, p. 85), o “mito de que a História Oral destinava-se apenas e exclusivamente a entender os esquecidos, os silenciosos, os vencidos, os derrotados, e que os vitoriosos não mereciam qualquer complacência”. No final dos anos 1980, no campo da História, a retomada dos trabalhos de história política passou a enfatizar o caráter socialmente articulado do domínio da política. Essa renovação foi “grandemente estimulada pelo contato com outras ciências sociais e pelas trocas com outras disciplinas” (Rémond, 2003, p. 29), e se caracterizou, ao final, por conceber o sistema político “não com um setor separado”, mas como “uma modalidade da prática social” (Rémond, 2003, pp. 35-36). Dessa forma, passou-se a questionar o preconceito em relação à história oral, visto que não seria mais possível “achar irrelevante saber como o poder se comporta, como se organiza, como decide” (Camargo, 1994, p. 87).

Notemos que a renovação historiográfica apontada por Rémond (2003) se aproxima em muito da defesa de uma Sociologia Política nos moldes de Perissinotto (2004), como mostramos no início do artigo. Ao destacarmos a importância das elites como objeto de estudos, queremos evidenciar, na metodologia empregada nesta pesquisa, que tanto a renovação no campo da História como nas Ciências Sociais – sendo esta a que mais nos interessa no momento – pode ser útil para estudar as elites. No entanto, não de maneira isolada, mas, ao contrário, integrando-as ao todo social do qual o sistema político – e as elites, portanto – fazem parte. Dessa forma, a própria dicotomia *história vista de baixo* e *história vista de cima* perderia seu sentido (Alberti, 2004), já que, mesmo focando nas elites, o pesquisador analisaria a sociedade.

Entrevistas como narrativas memoriais

Entendemos por *moderna história oral* justamente aquela “cujo método consiste na realização de depoimentos pessoais orais, por meio da técnica de entrevista que utiliza um gravador, além de estratégias, questões práticas e éticas relacionadas ao uso desse método” (Freitas, 2006, p. 27). Conseqüentemente, a afirmação de Meihy (1996) de que o entrevistador, o entrevistado e o aparelho de gravação seriam os elementos mínimos constituintes da história oral deveria ser vista com ressalvas. É fato que o estatuto da história oral não é, como sua origem moderna, tão consensual assim. Ela às vezes é concebida como *ferramenta*, outras como *técnica*, e outras, ainda, como *forma de saber*, *disciplina* ou como *metodologia* (Meihy y Holanda, 2015). O fato de ela também ser interpretada como uma metodologia implica em reconhecer que a história oral possui, para além daqueles três elementos, seus próprios *procedimentos*.

Esses procedimentos estão presentes nos diferentes momentos da história oral destacados no início do texto – registro, transcrição e exame do material escrito. Como nosso objetivo é discutir as entrevistas com elites políticas em trabalhos sobre memória, dispensaremos mais atenção aos procedimentos concernentes à gravação. Esses procedimentos abrangem um conjunto relativamente extenso de questões, que vão desde

elementos *éticos*, como a relação estabelecida entre o pesquisador e o informante no momento da entrevista; a questões de natureza mais *estrutural*, como o próprio formato e objetivo da entrevista.

Com relação ao formato, Alberti (2004) cita algumas áreas em que a metodologia de história oral pode ser especialmente útil, tais como os estudos sobre o cotidiano, a política, os padrões de socialização e de trajetórias, as comunidades, as instituições, as biografias e as experiências, o registro de tradições culturais e as memórias, por exemplo. Dentro dessa tipologia, combinamos, em nossa pesquisa, o interesse pelas memórias e pela história política, para a qual a “metodologia de história oral é especialmente indicada”, de acordo com Alberti (2004, pp. 24-25), por trazer “à luz a importância das ações dos indivíduos e de suas estratégias”. Através das entrevistas é possível “reconstruir redes de relação, formas de socialização e canais de ingresso na carreira, bem como investigar estilos políticos específicos a indivíduos e grupos”. No caso das memórias, nosso interesse ao empregar essa metodologia é compreender melhor o processo de construção de representações sobre o passado vivido.

A literatura cita, em geral, três tipos de história oral: de vida, temática e tradição oral⁶. No caso da *história oral de vida*, que é “uma das formas mais cultivadas do gênero”, segundo Meihy (1996, p. 35), o objetivo principal é narrar o conjunto da experiência de vida de uma pessoa. De acordo com o autor, nesse tipo de história oral, o depoente é o foco principal, e deve estar livre para discorrer o mais abertamente possível sobre sua experiência de vida. A ele deve ser dado espaço para construir sua narrativa do modo mais livre possível, conforme sua vontade. Por isso a história oral de vida é entendida como uma espécie de “retrato oficial” do depoente. Na pesquisa desenvolvida sobre os ex-governadores, seguimos por uma variante da história oral de vida, que é a *narrativa*

⁶ Embora a literatura estabeleça uma espécie de tipologia de história oral, na prática, não é possível separar, por exemplo, a história de vida da temática, como se a primeira fosse objetiva, por não estar submetida à intervenção do pesquisador, enquanto a segunda seria mais subjetiva, por ser desenvolvida na medida do interesse do investigador. Com efeito, a tematização, o recorte e o foco de qualquer trabalho que envolva a metodologia de história oral envolve uma operação na qual o pesquisador possui participação ativa. Agradeço às observações da professora Tania Maria Fernandes a esse respeito por ocasião da apresentação do trabalho no 4º Congresso da FLACSO.

biográfica. Esse procedimento é menos “moral e contemplativo” no que fiz respeito à experiência pessoal propriamente dita, e mais interessada no “roteiro cronológico e factual das pessoas, aliado a particularidades que remetem a acontecimentos julgados importantes” pelo pesquisador (Meihy, 1996, p. 36).

Já com relação ao objetivo da entrevista, Alberti (2004) diz que a peculiaridade da história oral é *restabelecer o vivido* e, ao mesmo tempo, *dar sentido ao passado* através do trabalho de memória, numa combinação entre *vivido* e *concebido*. Conceber o passado, nesse caso, remete à idéia de selecionar, agrupar e relacionar idéias e conceitos difusos e descontínuos, criando sínteses que possam evidenciar uma direção lógica na história narrada. O trabalho de concepção busca refazer as pequenas unidades que constituem o vivido, mas como a narrativa nunca é o passado tal como ele ocorreu (Rouso, 2006), então esse objetivo é apenas parcialmente alcançado, e está sempre condenado a fracassar. Por isso Alberti (2004, p. 16) destaca que as entrevistas de história oral se diferenciam por privilegiar a “recuperação do vivido conforme concebido por quem viveu”.

Destacamos a expressão “conforme concebido” porque ela encerra uma idéia fundamental para nossa pesquisa, que tem como foco a memória política dos entrevistados. Como presença ativa do passado no presente, a memória trabalha em meio à lembrança e ao esquecimento, ligando um tempo histórico já vivido a outro ainda em curso através do apagamento das diferenças que separam esses dois tempos (Gondar y Dobedei, 2005). Assim, até podemos ter a impressão, em algum momento, que a narrativa pode nos trazer o passado de volta, abolindo as discontinuidades do tempo. Mas inevitavelmente reconhecemos que “o passado só *retorna* através de trabalhos de síntese da memória” (Alberti, 2004, p. 17, grifo do original). Essa seleção acaba deixando elementos de fora da narrativa, de tal modo que a idéia segundo a qual uma entrevista é útil para *saber como as coisas se passaram* deve ser vista com cautela. Afinal, entre o vivido (fato) e o concebido (narrativa), transcorreu-se um tempo – e o tempo exerce papel fundamental sobre o trabalho de memória (Ricoeur, 2011).

Finalmente, com relação às questões éticas, os procedimentos mais comuns a essa

metodologia têm a ver com a relação estabelecida entre os envolvidos no processo de realização de entrevistas. Na moderna história oral, a narrativa é sempre apresentada na primeira pessoa, embora ela expresse uma “aparente duplicação da identidade” (Meihy, 1996, p. 31). Existe, de um lado, o narrador que relata sua vida ou algum fato de sua trajetória, tornando-se, assim, o condutor pessoal da sua própria história; e existe, de outro lado, o *eu-pesquisador*, que dirige o projeto e depois cria o produto final da entrevista. Nos dois casos, as questões éticas estão associadas à relação entre entrevistador e entrevistado.

Um exemplo do momento em que a identidade prevalecente é a o *eu-narrador* é a postura do entrevistador diante da narrativa. Em vista da “aparente duplicação de identidade” mencionada, existem os que defendem a participação ativa do pesquisador como alguém que, mais do que mediar, deve conduzir as entrevistas e o projeto. No entanto, Meihy (1996) ressalva que não é incomum, nesses casos, ocorrer abusos de autoridade da parte do entrevistador, em especial quando se trata de entrevistas com pessoas *comuns* ou de querer que o entrevistado diga exatamente o que se gostaria de ouvir. Outro exemplo, associado mais ao momento em que identidade prevalecente é a do *eu-pesquisador*, é a questão da transcrição da entrevista e do compromisso do entrevistador em manter o registro fiel daquilo que foi narrado, mesmo quando adotada a técnica da *transcrição* (Meihy y Holanda, 2015).

Entrevistando elites políticas

A realização de entrevistas é uma técnica largamente utilizada por pesquisadores de diversas áreas, embora não sirva a todo e qualquer tipo de investigação. O fato de estar presente tanto em trabalhos quantitativos como qualitativos mostra que existe uma falsa oposição entre essas duas formas de pesquisa (Minayo y Sanches, 1993) e que a própria técnica da entrevista é heterogênea, podendo assumir diversos formatos segundo os mais diferentes objetivos definidos pelo pesquisador. Por isso, a classificação das pesquisas em qualitativas ou quantitativas e a associação feita com frequência entre o uso de entrevistas e os estudos de natureza qualitativa terminam criando um mal-entendido metodológico ao

conferir unidade a “trabalhos que se caracterizam muito mais por uma grande diversidade na maneira de realizar e de tratar as entrevistas” (Beaud, 1996, p. 231).

Em diferentes países, em distintos campos disciplinares e, dentro deles, em variadas opções metodológicas, as entrevistas não constituem uma unidade invariável. Todas as considerações precedentes sobre a metodologia de história oral, por exemplo, tiveram o intuito de diferenciar as entrevistas feitas dentro desses parâmetros com outras realizadas, por exemplo, em estudos exploratórios. Quando presentes em pesquisas qualitativas, como é o caso desta sobre a memória política dos ex-governadores, as entrevistas funcionam como uma espécie de “mergulho em profundidade”. Elas constituem fontes de informação, por meio das quais o pesquisador poderá recolher uma massa de dados úteis ao seu trabalho, especialmente se os dados procurados são aqueles mais intangíveis, como práticas, crenças, valores, dentre outros.

Duarte (2004) avalia que os pesquisadores que fazem uso de entrevistas deveriam sempre explicitar alguns aspectos em seu trabalho: por que essa técnica foi empregada; quais os critérios utilizados para seleção dos entrevistados; qual o número de *narradores*⁷; o quadro descritivo dos entrevistados; como se estabeleceram as situações de contato; qual o roteiro das entrevistas; e quais os procedimentos de análise. Nessa parte final do texto, seguirei esses critérios para melhor estruturar a apresentação das informações. Como dito antes, nos tópicos seguintes usarei como referência a entrevista feita com o ex-governador Max Mauro. Associada a ela, farei referência também ao processo de realização de entrevistas com os outros ex-governadores, no sentido de enriquecer a descrição a seguir acerca das potencialidades e dos desafios da pesquisa de campo realizada nesta pesquisa.

⁷ Optou-se por utilizar a palavra *narradores*, ao invés de *informantes*, como sinônimo de *entrevistados* por considerarmos que, no momento da entrevista, aquele que é convidado a falar oferece mais do que simplesmente informações. Tendo em vista as observações feitas até aqui, a principal contribuição do entrevistado em pesquisas sobre memória que utilizam essa técnica de coleta os dados é oferecer *sua própria* interpretação do passado por meio da narrativa. Renovo o agradecimento à professora Tania Maria Fernandes por discutir comigo esse aspecto do artigo.

Por que essa técnica foi empregada

Considerando o uso da metodologia de história oral neste trabalho, a realização de entrevistas foi um passo mais ou menos lógico e natural. Dos três diferentes tipos de história oral, apenas a tradição oral, “por ter predicados únicos, por se assentar em bases de observação e se trabalhar com elementos da memória coletiva, não se encaixa na discussão sobre entrevistas” (Meihy e Holanda, 2015, p. 35). A opção seguinte passou a ser, então, entre a história oral de vida e a história oral temática. Na primeira rodada de gravações, realizamos entrevistas segundo o modelo de história oral de vida; na segunda, combinamos esse modelo com o tipo temático de história oral. Os diferentes tipos de entrevista acompanharam os objetivos e o formato específicos de cada uma dessas rodadas.

Nas entrevistas de história de vida, que é o objeto propriamente dito deste artigo, o propósito foi o de dar ao depoente a possibilidade de narrar sua própria trajetória política. A nós interessava, na linha sugerida por Alberti (2004), saber como cada ex-governador concebia sua trajetória segundo ele mesmo viveu. Nesse trabalho de memória estabelecido pela narrativa, buscamos identificar qual peso eles atribuíam, em sua trajetória, aos diversos elementos que foram se apresentando ao longo de suas vidas. Considerando os objetivos da pesquisa, nosso intuito foi compreender os diferentes caminhos que conduziram cada um deles à chefia do Executivo capixaba, a fim de, mais adiante, na segunda rodada, poder analisar se essas diferenças se sobrepõem a uma memória comum que, elaborada no presente, tende a legitimar suas próprias administrações à frente do governo. Nosso interesse, portanto, assenta-se sobre as formas de legitimação do poder e sobre de a forma como o passado e o presente podem ser instrumentalizados nesse sentido.

Quais os critérios utilizados para seleção dos entrevistados

Uma das maiores preocupações dos pesquisadores que utilizam entrevistas é com a seleção dos depoentes. Primeiro, porque, a depender do objetivo do trabalho e considerando o universo dado, é importante que a amostra seja representativa e que atenda aos critérios

de “saturação semântica” e “saturação teórica” (Romelaer, 2005, p. 105) – o risco é termos um conjunto muito extenso de pessoas a serem entrevistadas. Isso impõe problemas práticos ao trabalho, como as condições existentes para, por exemplo, investir tempo em tantas entrevistas ou mesmo conseguir transcrever todas elas. Segundo, porque a literatura mostra que a vontade dos informantes em participar pode constituir outro grande obstáculo às pesquisas fundamentadas nesse tipo de técnica, por correrem o risco de ficar limitadas apenas aos que aceitam falar (Goldenberg, 1999).

Como nossa pesquisa está centrada no relato de um grupo específico (elite política) e muito pequeno de pessoas (ex-governadores), o universo de possíveis entrevistas sempre foi tratado como sendo a amostra. Ainda antes de iniciar a pesquisa, fizemos contato com os ex-governadores para saber se seria viável, ou não, desenvolver o trabalho no formato proposto. Essa foi uma precaução fundamental, já que a ausência de parte significativa dos informantes poderia criar um viés nos resultados da pesquisa, invalidando ou prejudicando as conclusões do trabalho, tanto empíricas como teóricas. A participação de todos ou da maioria dos ex-governadores sempre foi vista como essencial para atender a um outro objetivo da pesquisa, que era, na linha dos trabalhos de história oral, produzir fontes (Voldman, 2006) – no caso, sobre a história política recente do estado do Espírito Santo.

Qual o número de informantes

No recorte cronológico estabelecido na pesquisa, que compreende o período de 1985 a 2014, o estado do Espírito Santo teve sete governadores – todos eles ainda vivos. O ano de 1985 marca o início de um novo período político na história brasileira, conhecido como *Nova República*, após 21 anos de ditadura. O ano de 2014 foi escolhido por ser o último ano da legislatura 2011-2014 – a pesquisa foi iniciada logo no ano seguinte. Durante o trabalho, decidimos retirar o primeiro governador do período, por entendermos que ele, tendo sido eleito ainda no período da ditadura, não fazia parte da dinâmica do regime democrático na qual os outros seis estiveram inseridos durante seus respectivos mandatos. É com esse número de seis informantes, portanto, que a pesquisa vem trabalhando. Desse

universo, nossa amostra se constitui de cinco ex-governadores até o momento, visto que um deles – José Ignácio Ferreira (1999-2002) – não se mostrou disposto a ser entrevistado. Seu governo ficou profundamente marcado por denúncias de corrupção, envolvimento com crime organizado e crise política-institucional, o que certamente contribuiu para que o ex-governadores se mostrasse reativo, até aqui, para falar sobre sua própria administração.

Quadro descritivo dos entrevistados

O mapeamento do perfil sócio-político dos ex-governadores fornece informações importantes que temos buscado problematizar no curso da pesquisa. Longe de ser exaustiva, os dados apresentados no Quadro 1, abaixo, buscam descrever os entrevistados segundo o período de governo, sua idade no momento da posse e atualmente, seu local de nascimento, sua profissão, o partido – ou mais de um – ao qual foi filiado durante o mandato e sua orientação ideológica. Esses elementos objetivos compõem a história de vida desses entrevistados e nos permitem, assim, compreender melhor sua trajetória política. Alguns deles, por exemplo, nasceram na capital do estado, enquanto outros viveram no interior até ingressarem na faculdade. A maioria realizou seu curso superior no Espírito Santo – em particular, na Universidade Federal –, mas alguns estudaram fora do estado, em outros importantes centros urbanos. Para parte deles, a socialização na política ocorreu já na infância, enquanto, para outros, esse processo só ganhou forma mais tarde, na adolescência ou na juventude.

Quadro No. 1

Perfil sócio-econômico dos ex-governadores do Espírito Santo (1986-2014)

| Nome | Período de governo | Idade na posse | Idade atual | Naturalidade | Profissão | Partido durante o mandato | Orientação ideológica |
|-----------------------|--------------------|----------------|-------------|--------------|------------|---------------------------|-----------------------|
| Max Mauro | 1987-1991 | 50 | 80 | Vila Velha | Médico | PMDB/PDT | Centro-esquerda |
| Albuíno Azeredo | 1991-1994 | 45 | 72 | Vila Velha | Engenheiro | PDT | Centro-esquerda |
| Vitor Buaiz | 1995-1998 | 51 | 73 | Vitória | Médico | PT/PV | Esquerda |
| José Ignácio Ferreira | 1999-2002 | 59 | 78 | Vitória | Advogado | PSDB | Centro |
| Paulo Hartung | 2003-2010 | 45 | 60 | Guaçuí | Economista | PSB/PMDB | Centro-direita |
| Renato Casagrande | 2011-2014 | 49 | 56 | Castelo | Engenheiro | PSB | Centro-esquerda |

Fonte: Elaboração própria a partir de documentos oficiais diversos.

No caso do ex-governador Max Mauro (1987-1991), por exemplo, é bastante elucidativo sobre sua trajetória política a influência que teve de seu pai, o ex-deputado estadual Saturnino Rangel Mauro. “Eu estou ligando a minha vida ao meu pai porque eu fui muito ligado a ele”, declarou numa das entrevistas (Mauro, Vila Velha, 30 de março de 2017). Saturnino Mauro foi uma figura importante da esquerda brasileira nos anos 1930-1950, sendo o maior expoente, no Espírito Santo, da corrente político-ideológica conhecida pelo nome de *trabalhismo* – ligada à figura do ex-presidente da República Getúlio Vargas (1930-1945 e 1951-1954). O ambiente familiar proporcionado pelo pai foi muito marcante na socialização política de Max Mauro, que desde a infância já se envolvia com política:

“Com dez anos, meu pai saiu candidato a deputado estadual. Eu morava numa casa muito movimentada. Ele já tinha me pedido, eu tinha uma bicicleta, ele pediu que eu fizesse eleitores. Naquela época o cartório eleitoral fornecia o material. A gente ia de bicicleta. Ele me orientava. Vai na casa de fulano fazer o título [de eleitor]” (Mauro, Vila Velha, 30 de março de 2017).

A ligação com o pai era tão estreita que até mesmo o curso superior escolhido pelo ex-governador foi atribuído a uma possível influência de Saturnino Mauro, que perdeu uma eleição à prefeitura de Vila Velha para o médico Antônio Bezerra de Farias:

“Outros fatores influenciaram [minha escolha pelo curso], acredito eu. Por exemplo, o fato de meu pai ter perdido aquela eleição para um médico, talvez, isso eu não posso afirmar, ele pode ter pensado: ‘vou mandar meu filho [para cursar medicina]’. [...] Eu acho que essa influência foi do meu pai, muito embora eu desejasse ser médico, mas acho que ele influenciou em boa parte por causa da questão do Bezerra” (Mauro, Vila Velha, 30 de março de 2017).

Na segunda etapa da pesquisa, nossa intenção é verificar em que medida a ocupação de um lugar comum por parte dos ex-governadores – a chefia do Executivo estadual – pode fazer com que, no presente, suas memórias sejam mais ou menos uniformes no sentido de tentar legitimar suas respectivas administrações, em que pensem as distintas trajetórias entre cada um deles. Nesse sentido, interessa-nos mapear como as diferentes características sócio-políticas podem ter influenciado nas avaliações de momento, por ocasião dos governos, mas também nas narrativas feitas no âmbito da pesquisa, no momento das entrevistas. A idéia é verificar se no processo de concepção do vivido segundo o percebido pelo informante, o tempo exerceu uma influência sobre a memória elaborada no presente por cada um dos ex-governadores entrevistados.

Como se estabeleceram as situações de contato

Como integrantes de uma elite política, o contato com os ex-governadores seguiu, como de costume em entrevistas dessa natureza, um procedimento bastante formal. O contato foi sempre acompanhado de um documento oficial da universidade explicando os objetivos da pesquisa e o tipo de entrevista que se queria fazer. O fato de a pesquisa contar com apoio financeiro de agências de fomento sempre era mencionado, a fim de destacar o caráter essencialmente acadêmico do trabalho, e eliminar qualquer preocupação dos informantes contatos com possíveis usos políticos de suas falas. Em todos os casos, foi muito útil os contatos que o pesquisador pode fazer diretamente com alguns dos ex-governadores, ou, ainda, o contato indireto através de pessoas *privilegiadas*, que tinham acesso pessoal aos informantes. Dependendo da situação, o processo estritamente formal de estabelecimento de contato acabava sendo prejudicado pelo *filtro* representado pelos secretários ou assessores dos ex-governadores.

Pela experiência acumulada nesse trabalho, podemos diferenciar três tipos de informantes no nosso universo de análise: os que continuam em atividade político-partidária; os que encerraram suas atividades, mas não se opõem a falar; e os que se afastaram da política e se recusam ou resistem a conceder entrevista. O contato com os primeiros e os últimos foi o que se mostrou mais difícil. Afinal, seja pela dinâmica inerente à atividade política, que não permite ao contatado dispendir muito tempo à pesquisa, seja à aversão ou à grande desconfiança em relação a um trabalho que visa recuperar memórias das quais se quer esquecer em alguns casos, foi necessário um esforço ainda maior para efetuar contato com os ex-governadores. Nesse sentido, optamos por iniciar a pesquisa justamente com os informantes do grupo intermediário, formado por três entrevistados: esses nomes se mostraram de mais fácil acesso e dispostos a conceder entrevistas, servindo, ao mesmo tempo, como *teste* para o pesquisador, que poderia repetir as sessões se fosse preciso.

Qual o roteiro das entrevistas

A primeira parte da pesquisa foi dedicada ao estudo das principais questões teóricas e factuais que poderiam nortear as entrevistas. Assim, antes de realizar a pesquisa de campo, parte do cronograma de trabalho foi dedicada ao aprofundamento teórico sobre as questões em discussão, como memória e história oral, e ao levantamento de dados sobre a trajetória e as administrações dos ex-governadores, situando-as no contexto regional e nacional de suas respectivas épocas. De acordo com Tourtier-Bonazzi (2006, p. 236, grifo nosso), “nenhuma entrevista deve ser realizada sem uma preparação minuciosa: consulta a arquivos, a livros sobre o assunto, à vida do depoente, leitura de suas obras, se houver alguma, bem como referências sobre as principais etapas de sua biografia. Cada entrevista supõe a abertura de um *dossiê de documentação*”. Afinal, conforme asseverado por Thompson (2002, p. 255), “quanto mais se sabe, mais provável é que se obtenham informações históricas importantes de uma entrevista”.

Estabelecido esse dossiê de documentação, o passo seguinte foi definir, em vista dos objetivos da pesquisa, as categorias que poderiam auxiliar na análise das entrevistas. Camargo (1994) sugere algumas categorias que foram importantes para orientar o trabalho realizado até aqui: origem familiar, formação educacional e cultural, socialização política, batismo político, dialética do público e do privado e consagração. Pareceu de menor importância para a pesquisa considerar a penúltima categoria – dialética do público com o privado. Assim, na realização das entrevistas, utilizamos as demais categorias propostas por Camargo (1994) para a decomposição do texto transcrito e a criação de um novo texto, de natureza propriamente analítica (Duarte, 2004).

Durante a realização de entrevistas centradas na narrativa do informante, a intervenção do pesquisador pode representar um risco para o resultado final, conforme assinalado por Romelaer (2005). A depender da situação, corre-se o perigo de *bias* introduzido pelas perguntas do entrevistador e o perigo, ainda pior, do ponto de vista metodológico, de produzir um resultado que não permite comparações entre entrevistas. No entanto, alguma forma de intervenção sempre foi necessária, ao menos para balizar, para o

entrevistado, os principais marcos considerados na pesquisa. Sendo uma entrevista tipo história de vida visando discutir a memória política do informante, interessava saber não apenas como o sujeito narrava sua vida, mas como ele narrava cada etapa de sua trajetória política. Por isso, foi inevitável, em algumas vezes, introduzir questões do tipo: “eu queria que o senhor se apresentasse e falasse um pouco da sua família” ou “conte um pouco mais sobre o mandato de deputado”.

Quais os procedimentos de análise

Logo após a realização das entrevistas, o material gravado foi transcrito, lido e conferido pela equipe de pesquisa. O texto escrito foi decupado segundo as categorias de análise indicadas anteriormente, reagrupando-se os trechos da transcrição em torno de cada delas. Duarte (2004) faz uma diferenciação entre *categorias de análise* e *análises temáticas*. Aquilo que se está chamando aqui de categorias são o que, para a autora, constituem temas. Para ela, parece haver algumas diferenças entre as duas expressões. Em termos de uso, análises temáticas se prestaria muito mais a “pesquisadores iniciantes” como forma de “encurtar o caminho” (Duarte, 2004, p. 222). Do ponto de vista das tipologias estabelecidas, categorias estão associadas a termos mais curtos e objetivos, como “geração, leitura, protagonismo socialização profissional” – ao passo que análises temáticas são ligadas a questões mais amplas, como, num exemplo com pesquisas com professores, “visão sobre universidade” e “posição frente ao sistema de cotas” (Duarte, 2004, pp. 221-222). Nesse caso, seria possível, ainda, estabelecer subtemas para análise.

Na pesquisa realizada, procedemos uma combinação entre essas características. De saída, seguindo a sugestão de Camargo (1994), trabalhamos com algumas categorias específicas, como indicado anteriormente. Tal como indicado por Duarte (2004), as categorias podem ser escolhidas pelo pesquisador antes mesmo da realização de entrevistas, embora elas também possam ser estabelecidas a partir de referências teórico-conceituais, do conhecimento prévio do campo ou mesmo no momento da análise. No trabalho desenvolvido, realizamos as entrevistas com categorias pré-selecionadas, mas

estabelecemos subcategorias a partir dos demais caminhos propostos por Duarte (2004), combinando, assim, uma forma de trabalho – através de subtemas – própria da análise temática.

Referências

- Alberti, V. (2004). *Ouvir contar: textos em história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV.
- Beaud, S. (1996). L'usage de l'entretien en sciences sociales. Plaidoyer pour l'“entretien ethnographique”. *Politix*, 9(35), 226-257.
- Becker, H. S. (1974). Historias de vida en sociologia. En J. Balán (Org.) *Las historias de vida en ciencias sociales: teoría y técnica* (pp. 27-41). Buenos Aires: Ediciones NuevaVisión.
- Burke, P. (1997). *A Escola dos Annales (1929-1989): a revolução francesa da historiografia*. São Paulo: Editora da UNESP.
- Camargo, A. (1994). História Oral e Política. En M.de M. Ferreira (Org.) *História oral e multidisciplinaridade* (pp. 75-99). Rio de Janeiro: Diadorim.
- Dormagen, J.-Y. y Mouchard, D. (2015). *Introduction à la sociologie politique*. 4ª ed. Louvain-la-Neuve: De Boeck Supérieur.
- Freitas, S. M. de. (2006). *História oral: possibilidades e procedimentos*. 2ª ed. São Paulo: Humanitas.
- Goldenberg, M. (1999) *A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Record.

Gondar, J. y Dobedei, V. (Orgs.) (2005). *O que é memória social?* Rio de Janeiro: Contra Capa.

Halbwachs, M. (2006). *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro.

Hall, P. A. y Taylor, R. C. R. (2003). As três versões do neo-institucionalismo. *Lua Nova*, 58, 193-223.

Joutard, P. (2006). História oral: balanço da metodologia e da produção nos últimos 25 anos. En M. de M. Ferreira y J. Amado (Orgs.) *Usos & abusos da história oral* (pp. 43-62). 8ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV.

Joutard, P. (2013). *Histoire et mémoires, conflits et alliance*. Paris: La Découverte.

Lagroye, J., Bastien, F. y Sawicki, F. (2012). *Sociologie Politique*. 6ª ed. Paris: Presses des SciencesPo; Dalloz.

Meihy, J. C. S. B. (2015). *História oral: como fazer, como fazer, como pensar*. 2ª ed. São Paulo: Contexto.

Meihy, J. C. S. B. (1996). *Manual de História Oral*. São Paulo: Loyola.

Minayo, M. C. de S. y Sanches, O. (1993). Quantitativo-qualitativo: oposição ou complementaridade? *Cadernos de Saúde Pública*, 9(3), 239-262.

Peres, P. S. (2008). Comportamento ou instituições? A evolução histórica do neo-institucionalismo da ciência política. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 23(68), 53-71.

Perissinotto, R. (2004). Política e sociedade: por uma volta à sociologia política. *Política & Sociedade*, 5, pp. 203-232.

- Pollak, M. (1989). Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, 2(3), 3-15.
- Pollak, M. (1992). Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, 5(10), 200-212.
- Rémond, R. (2003). Uma história presente. En R. Rémond (Org.) *Por uma história política* (pp. 13-36). 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV.
- Ricouer, P. (2011). *Tempo e narrativa*. 3 vols. São Paulo: WMF Martins Fontes.
- Romelaer, P. (2005). L'entretien de recherche. En P. Roussel y F. Wacheux (Orgs.) *Management des ressources humaines* (pp. 101-137). Louvain-la-Neuve: De Boeck Supérieur.
- Rosa, P. O. y Sonni, R. G. (2013). *Sociologia Política*. Curitiba: Instituto Federal do Paraná.
- Rouso, H. (2006). A memória não é mais o que era. En M. de M. Ferreira y J. Amado (Orgs.) *Usos & abusos da história oral* (pp. 93-101). 8ª ed. Rio de Janeiro: Editora da FGV.
- Sartori, G. (1972). Da Sociologia da Política à Sociologia Política. En S. M. Lipset. *Políticae Ciências Sociais* (pp. 106-148). Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- Sharpe, J. (1992). A história vista de baixo. En P. Burke. *A escrita da história: novas perspectivas* (pp. 39-62). São Paulo: Editora da UNESP.
- Souza, N. R. de. (2009). *Sociologia Política*. Curitiba: IESDE.
- Thompson, P. (2002). *A voz do passado: história oral*. 3ª ed. São Paulo: Paz e Terra.

Tourtier-Bonazzi, C. de. (2006). Arquivos: propostas metodológicas. En M. de M. Ferreira y J. Amado (Orgs.) *Usos & abusos da história oral* (pp. 233-245). 8ª ed. Rio de Janeiro: Editora da FGV.

Voldman, D. A invenção do depoimento oral. En M. de M. Ferreira y J. Amado (Orgs.) *Usos & abusos da história oral* (pp. 247-265). 8ª ed. Rio de Janeiro: Editora da FGV.